

# Relatório ANUAL 2022



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



É com satisfação que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável apresenta seu relatório anual referente ao ano de 2022. Sabemos que a população brasileira reconhece e apoia as políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável.

A CMADS aprovou matérias importantes, promoveu Encontros, Audiências Públicas e encerra o ano de atividades com o saldo positivo pela excelência do trabalho realizado.

Os deputados federais integrantes da Comissão tiveram, por seu lado, a oportunidade de conhecer, dos ministros e demais autoridades governamentais, a visão de governo, de modo a poder compreender mais sistematicamente a dinâmica empreendida pelos diversos órgãos do executivo.

Cumprimento aos membros da Comissão Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao tempo que agradeço a disposição e o compromisso para com os trabalhos realizados por esse órgão. Agradeço à colaboração da equipe e servidores da Comissão, que conseguem, com habilidade, articular as ideias, as propostas e a vontade política dos deputados com as regras do processo legislativo e do Regimento Interno da Câmara. A esses e a todos os demais que contribuem para o exercício da atividade parlamentar, deixamos o nosso agradecimento.

Boa leitura!

**DEPUTADO FEDERAL COVATTI FILHO**

Sob a presidência do deputado federal Covatti Filho, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados encerrou seus trabalhos de reuniões e audiências públicas na quarta-feira, 14 de dezembro de 2022.

Neste ano, a CMADS alcançou excelentes números de proposições analisadas e aprovadas, além de ampliar o debate de diversas matérias fundamentais para o Meio Ambiente. Ainda, que em ano eleitoral e de Copa do mundo, foram 45 projetos apreciados, maior quantidade dentre os últimos anos eleitorais.

As temáticas foram as mais diversas possíveis, das quais podem ser mencionadas a defesa dos animais, proteção das florestas, fim do desmatamento, meio ambiente urbano, agropecuária sustentável, recursos hídricos, terras indígenas, mineração, indústria, mudanças climáticas, emissões de poluentes, descarte e reciclagem de lixo.

Em 20 reuniões realizadas, a Comissão aprovou 36 projetos, rejeitou 9, aprovou 49 requerimentos, 3 emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, 4 emendas à Lei Orçamentária Anual e realizou 11 audiências públicas.

O presidente Covatti Filho pontua que o trabalho realizado em 2022 mostra o compromisso da presidência em atender às demandas que o meio ambiente rural e urbano têm perante a sociedade brasileira. Foram aprovadas propostas que vão ao encontro do combate aos crimes ambientais, do cuidado com os animais, a redução de burocracias e a implementação de técnicas em prol da sustentabilidade.

A Comissão compareceu, ainda, por meio de uma comitiva, na Conferência sobre as Mudanças Climáticas de 2022, COP27, ocorrida na cidade de Sharm El-Sheik, no Egito, sendo representada pelos deputados Júlio Delgado, Rodrigo Agostinho, Zé Silva, Alessandro Molon e Nilto Tatto.



# Índice

1. MEMBROS / PRESIDÊNCIA | PÁGINA 05
2. MEMBROS / VICE-PRESIDÊNCIA | PÁGINA 06
3. MEMBROS / TITULARES | PÁGINA 07
4. MEMBROS / SUPLENTEs | PÁGINA 11
5. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS | PÁGINA 16
6. PROJETOS | PÁGINA 22
7. QUEM PASSOU | PÁGINA 34
8. COP27 | PÁGINA 35





## PRESIDENTE

### Covatti Filho (PP/RS)

Covatti Filho, 35 anos, natural de Frederico Westphalen, é um jovem político que segue à risca o seu papel de servir e dar o bom exemplo.

Reeleito para o seu terceiro mandato de deputado federal, Covatti Filho é incansável na busca por recursos para os municípios e reconhecido pela sua atuação legislativa. Tem na agricultura a sua principal bandeira.

Foi presidente da Juventude Progressista Gaúcha por dois mandatos, em 2012 e 2013. Também, o mais jovem a ocupar o cargo de Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, no período de 2019 a 2021.

Na Câmara dos Deputados presidiu a Comissão de Finanças e Tributação em 2017 e é o atual presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Entende que agricultura e meio ambiente podem andar juntos. pois há empregos a serem gerados, benefícios sociais, econômicos e ambientais.



## MEMBROS | VICE-PRESIDÊNCIA

**1º Vice-Presidente - Júlio Delgado (PV/MG):** Dep. Júlio Delgado, natural de Juiz de Fora, advogado, pós-graduado em Processo Legislativo pela Universidade de Brasília (UnB) e especializado em Administração de Fundos de Pensão pela Organização dos Estados Americanos (Santiago/Chile). Ao longo desses 23 anos como parlamentar foi, anualmente, considerado uma das vozes mais importantes do Congresso Nacional. Em seu 6º mandato, se apresenta como interlocutor da população em busca de mais segurança da atividade de exploração mineral. Seja através da sua postura em busca da ética e da moralidade na política, ou ainda na bandeira de assuntos como a defesa do meio ambiente e o uso coerente de recursos públicos, desenvolve mandatos participativos, tendo atuado como membro em Comissões de grande relevância no cenário político, dentre elas CCJC, CMADS, CDC, CTASP, CFT, COETICA e várias frentes parlamentares.



**2º Vice-Presidente - Neri Geller (PP/MT):** De catador de raiz à ministro da Agricultura e Pecuária, o deputado federal Neri Geller, nasceu em Selbach/RS e chegou a Mato Grosso, estado no qual construiu a sua vida profissional e política, ainda adolescente, com 15 anos de idade, junto com assentamento da reforma agrária, no município matogrossense de Lucas do Rio Verde.

Logo se destacou nos setores empresarial, administrando rede de posto de combustível; e rural como agricultor e líder classista. Na política, iniciou sua trajetória como vereador no período de 1996 a 2004. Com dedicação e muito trabalho, exerceu seu primeiro mandato de deputado federal, na Legislatura 2007-2011, no período de 2 de abril a 1 de agosto de 2007; e depois de 2 de fevereiro a 26 de outubro de 2011. Ele volta à Casa como deputado eleito na Legislatura 2019-2023.

Na Câmara dos Deputados, conseguiu tirar da gaveta projetos importantes para a produção e para a preservação do meio ambiente a exemplo da Lei dos Defensivos Agrícolas e a Lei do Licenciamento Ambiental entre outros projetos relevantes para o país e para Mato Grosso.

No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi secretário de Política Agrícola e, posteriormente, ministro da Agricultura. Trabalho que se orgulha por ter implantado o seguro agrícola com subvenção de R\$ 400 milhões, que permitiu tranquilidade para os produtores trabalharem. Também por reestruturar o crédito agrícola no país, que possibilitou investir bilhões no campo e aumentar consideravelmente a produção nacional e a produtividade com tecnologia e inovação. E por desbloquear mercados consumidores externos em 13 países, tais como Arábia Saudita, Egito e Irã, sendo este hoje o maior comprador de milho do estado de Mato Grosso.

Neri Geller é conhecido pelo perfil articulador, incentivou debates, estimulou opiniões diversas com intuito da convergência para a soluções a problemas complexos. Para ele, o diálogo aberto, franco e respeitoso sempre será o maior legado de seu mandato parlamentar.





**Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO):** Carlos Henrique Amorim, mais conhecido como Deputado Gaguim, é deputado federal pelo estado do Tocantins e vice-líder da Maioria do governo no Congresso Nacional, foi reeleito, em 2022, para a sua terceira legislatura. Membro titular das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Minas e Energia trabalha em prol da redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e na geração de investimentos para o desenvolvimento de energia limpa. Apresentou dois projetos de lei importantes que visam o turismo e o desenvolvimento sustentável do Tocantins, são eles: Funcantão e Funjalapão.



**Chiquinho Brazão (UNIÃO/RJ):** O deputado federal Chiquinho Brazão vem de uma família que sempre lutou pelo social para realmente ajudar as pessoas que mais precisam. Na Comissão de Meio Ambiente tem trabalhado para defender os direitos dos animais. Ele já foi Vereador pela cidade do Rio de Janeiro por 4 mandatos nos seguintes períodos: 2004 a 2007; 2008 a 2011; 2012 a 2015; 2016 a 2019. Ele também é membro da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e da Comissão de Finanças e Tributação.



**Zé Vitor (PL/MG):** O deputado federal Zé Vitor (PL-MG) é engenheiro agrônomo, nascido em Araguari. Atua principalmente nas áreas de Agricultura, Meio Ambiente e Inovação. É membro das comissões de Agricultura e de Meio Ambiente da Câmara, além de integrar a Frente Parlamentar Agrícola (FPA). É o relator do projeto de lei que garante a ampliação das atribuições institucionais relacionadas à Política Energética Nacional com o objetivo de promover o desenvolvimento da geração de energia elétrica a partir de fonte eólica localizada nas águas interiores, no mar territorial e na zona econômica exclusiva e da geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica, projeto importante para o desenvolvimento econômico do país.



**Célio Studart (PSD/CE):** Célio Studart é advogado, idealizador do Movimento São Francisco (MSF) e fundador do Instituto Politizar. Foi o vereador mais bem votado em Fortaleza em 2016, tendo conquistado 38.278 votos. Em 2018, foi o segundo candidato a deputado federal mais votado do estado (208.854) e foi reeleito em 2022 com 205.106 votos. O início na Política se deu em 2010, tendo como as principais bandeiras a causa animal e pessoas com deficiência. Célio presidiu a comissão que aprovou a lei que determina prisão para quem maltrata animais. Também é autor da legislação que garante o direito de videochamadas para pacientes internados em hospitais e coautor da lei que proíbe abate de animais de rua em centros de zoonoses.





**Ricardo Izar (REPUBLICANOS/SP):** Ricardo Izar foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo em 2010 com mais de 87 mil votos, em 2014 foi reeleito com quase 114 mil votos e em 2018 novamente reeleito com 121.869 votos. Tornou-se conhecido e respeitado em todo o país por seus trabalhos norteados pela Ética na Política, pela busca por um desenvolvimento sustentável com pleno respeito ao meio ambiente e pela proteção constante dos vulneráveis – indiferentemente de sua condição, etnia, credo ou espécie. Considerado por diversas oportunidades o segundo melhor deputado federal do Brasil e o primeiro do estado de São Paulo, Izar sempre demonstrou um imenso senso de responsabilidade pelos seus mandatos.



**José Mário Schreiner (MDB/GO):** José Mário Schreiner, mais conhecido como Zé Mário, é deputado federal e vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados. Técnico em Agronomia e Agrimensura, Zé Mário é produtor rural, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Goiás (Senar-GO) e primeiro vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).



**Dra. Vanda Milani (PROS/AC):** A Dra. Vanda Milani é egressa do Ministério Público do Estado do Acre, onde ocupou todos os cargos da administração superior do órgão, e foi procuradora-geral de Justiça. Deputada federal pelo estado do Acre, seu mandato começou em 2019 e se caracterizou pela defesa férrea dos interesses do Acre, tendo uma atuação marcante nas comissões de Agricultura, Amazônia, Ética, Meio Ambiente e Constituição e Justiça, dentre outras. Seu mandato foi marcado por intenso trabalho em prol do produtor rural e meio ambiente, chegando inclusive a participar da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 25) na Espanha. Pela excelência do trabalho desenvolvido na Câmara dos Deputados, foi eleita a Melhor Parlamentar do Acre em 2021 e a Melhor Parlamentar da Bancada do Estado na legislatura 2019/2022, pelo Ranking dos Políticos.



**Paulo Bengtson (PTB/PA):** Eleito em 2018 para o seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, Paulo Bengtson (PTB-PA) é médico veterinário e pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular. No ano de estreia, o deputado foi nomeado Corregedor Parlamentar e desde a posse, em 2019, é membro titular de importantes comissões como a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Durante a atual legislatura, Bengtson apresentou 816 propostas legislativas e relatou outros 30 projetos.







**Stefano Aguiar (PSD/MG):** Natural de Belo Horizonte, deputado desde 2013, começou a trabalhar aos 14 anos de idade na Assembleia Legislativa de Minas Gerais como office boy, trabalhou também como: padeiro, entregador de pães, estagiário no Ministério da Fazenda e auxiliar administrativo na Rádio Educativa Quadrangular. Pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular, o Deputado Stefano Aguiar trabalha em prol da família, pelo meio ambiente, pela defesa dos valores cristãos na sociedade e pelos variados temas e demandas que lhe são apresentados, e o trabalho sério em defesa da família, da pátria e dos princípios de Deus são incessantes. O Deputado atua com gratidão e honra aos eleitores que acompanham, confiam e participam.

---



**Carlos Gomes (REPUBLICANOS/RS):** Antonio Carlos Gomes da Silva tem 50 anos e foi reeleito em outubro para o seu terceiro mandato na Câmara Federal pelo Republicanos do Rio Grande do Sul. O parlamentar tem como principais bandeiras a defesa do meio ambiente, com atenção especial à reciclagem; a melhoria dos serviços de saúde e a valorização da família como célula base da sociedade. É autor da Lei Federal 14.260/2021 (Lei de Incentivo à Reciclagem), que prevê a captação de recursos da iniciativa privada para investimentos na atividade, com dedução do Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas. Atualmente é membro titular, mas já foi vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

---



**Fred Costa (PATRIOTA/MG):** Fred Costa é deputado federal eleito por Minas Gerais. Foi eleito para o seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados em 2018. Além de ser uma das principais lideranças da Casa, é líder da bancada do Patriota desde 2018 e se destacou no parlamento pela sua atuação no reconhecimento dos direitos dos animais. É o autor da Lei Sansão, que passou a estabelecer em 2020 pena de 2 a 5 anos de prisão em caso de crime de maus-tratos contra animais. Na atual legislatura, teve forte participação na Comissão de Meio Ambiente, tendo proposto mais de 40 projetos em defesa dos animais, bem como de todas as formas de vida, além de relatar matérias relevantes na pauta ambiental.

---



**Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG):** Zé Silva foi eleito para o quarto mandato de deputado federal por Minas Gerais, é vice-líder do Solidariedade, engenheiro agrônomo, coordenador da Comissão de Brumadinho e relator da Comissão de Obras Paralisadas. É membro titular das Comissões de Agricultura e Meio Ambiente, suplente nas Comissões de Finanças e Tributação, e de Orçamento. Presidente da Frente Parlamentar de ATER, e coordenador de comunicação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), além de defensor da pauta verde, da agricultura familiar, reforma agrária e da mineração sustentável.





**Nilto Tatto (PT/SP):** Nilto Tatto é deputado federal eleito em 2014 e reeleito em 2018 e 2022. Atualmente é vice-líder do PT na Câmara dos Deputados e coordena a Frente Parlamentar Mista dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Congresso Nacional. Integra as Comissões de Orçamento; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que teve a oportunidade de presidir em 2017, e a de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

---



**Túlio Gadêlha (REDE/PE):** Túlio Gadêlha, nasceu em Recife, em 12 de novembro de 1987. Formado em Direito, desde muito cedo atua politicamente pela educação, juventude e outras causas sociais. Construiu uma carreira pública de destaque como Diretor-Presidente da Fundacentro, Postal Saúde e do ITERPE (Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco). Eleito em 2018, foi por quatro anos consecutivos escolhido como melhor deputado do Nordeste pelo prêmio Congresso em Foco. Em 2022 foi reeleito pelo estado de Pernambuco e atualmente é líder da bancada da Rede Sustentabilidade. Como membro titular da Comissão, sempre atuou em prol das políticas de proteção ambiental, dos povos originários e na defesa da preservação dos biomas brasileiros.

---



**Rodrigo Agostinho (PSB/SP):** Rodrigo Agostinho é deputado federal, advogado e ambientalista. Foi presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados (2019/2020). Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional. Vencedor da categoria Clima e Sustentabilidade do Prêmio Congresso em Foco quatro vezes consecutivas (2019/2020/2021/2022).





**Professora Dorinha Seabra Rezende (UNIÃO/TO):** Maria Auxiliadora Seabra Rezende, mais conhecida como Professora Dorinha, está no seu terceiro mandato como deputada federal pelo Tocantins. É casada e mãe de dois filhos. Formou-se em Pedagogia (licenciatura) pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e é Mestre em Educação Escolar Brasileira também pela UFG. No Tocantins, Dorinha também esteve à frente da Secretaria da Educação e Cultura do Tocantins por mais de 9 anos. Sua bandeira principal é a Educação, sendo relatora da Emenda Constitucional 108/2020 referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), aprovado na íntegra e com adesão expressiva no Congresso Nacional. Em outubro de 2022, Dorinha foi a mulher mais votada da história do Tocantins, momento em que foi eleita Senadora pelo Estado, sendo empossada em 1º de fevereiro de 2023.



**Tabata Amaral (PSB/SP):** Tabata Amaral é ativista pela educação e deputada federal reeleita por São Paulo (PSB). Formada em Ciência Política e Astrofísica pela Universidade Harvard e autora do livro "Nosso Lugar". Suas bandeiras são a luta por uma educação de qualidade, a defesa dos direitos das mulheres, o combate às desigualdades, a transparência e a inovação política, a preservação do meio ambiente e a promoção da saúde mental. É relatora da Comissão Externa de Acompanhamento dos Trabalhos do MEC, integra as comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Constituição e Justiça, além de coordenar a Comissão Externa de Combate à Violência contra a Mulher. Também é co-fundadora do Projeto Voa, do Mapa Educação, do Movimento Acredito e do Instituto Vamos Juntas.



**Tito (AVANTE/BA):** Carlos Tito Marques Cordeiro, advogado por formação, filho da professora Lurdinha, iniciou sua militância social e política em Barreiras, estado da Bahia. Foi presidente da Associação dos Moradores do Bairro Vila Brasil, onde mora e lá fundou a Rádio Comunitária NOVA FM 104,9. Foi vereador por quatro mandatos e presidente da Câmara Municipal de Barreiras por dois mandatos consecutivos, é o fundador da Rádio Câmara e da TV Câmara de Barreiras, Canal 40.3, além de outros importantes instrumentos de transparência pública. Atualmente representa a Bahia como deputado federal pelo AVANTE (2019-2023). É titular da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, membro da Comissão de Transporte e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Câmara dos Deputados.



**Átila Lira (PP/PI):** Átila Freitas Lira é deputado federal (Constituinte) pelo Piauí-PP. Economista e administrador, pós-graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, seu mandato começou em 1987 e, desde então, faz um amplo trabalho, atuando como titular na Comissão de Educação e suplente na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Atualmente é Coordenador da Bancada do estado do Piauí.





**Jerônimo Goergen (PP/RS):** Jerônimo Goergen, deputado federal por três legislaturas, é formado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), pós-graduado em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC) e Analista em Comércio Exterior pela Associação Brasileira de Assessoria e Consultoria em Comércio Exterior (ABRACOMEX). Jerônimo tem forte ligação com o agronegócio e uma atuação legislativa marcante na defesa do setor produtivo nacional.

---



**Daniel Coelho (CIDADANIA/PE):** Daniel Coelho nasceu no Recife em 4 de novembro de 1978. É formado em Administração pela Universidade de Pernambuco (UPE) e mestre na área pela Universidade de Bournemouth, na Inglaterra, onde morou entre 2000 e 2001. Iniciou sua vida pública em 2004, como candidato a vereador do Recife. Cargo que exerceu de 2005 até 2010. Em 2010 tornou-se deputado estadual em Pernambuco. Em 2014, elegeu-se deputado federal. É vice-presidente nacional do Cidadania e preside a federação PSDB/Cidadania em Pernambuco. Exerce o segundo mandato na Câmara dos Deputados. Seus quase 20 anos na política são marcados pela defesa do meio-ambiente, da responsabilidade fiscal, eficiência da máquina pública e do combate aos privilégios.

---



**Ricardo Guidi (PSD/SC):** Ricardo Zanatta Guidi, é deputado federal eleito por Santa Catarina. É bacharel em Direito, pós-graduado em Gestão Empresarial, empresário e produtor rural. Sua carreira política começou em 2014, quando foi eleito deputado estadual para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Filho do ex-prefeito de Criciúma e ex-deputado estadual, Altair Guidi, e da professora e ex-senadora Sandra Zanatta Guidi. Guidi tem como uma de suas marcas a luta pelas Pessoas com Deficiência e pautas que dizem respeito ao desenvolvimento econômico do país. Exerce seu primeiro mandato como deputado federal e foi reeleito, em 2022, para seguir no legislativo representando o estado por mais quatro anos.

---



**Coronel Chrisóstomo (PL/RO):** Coronel do Exército Brasileiro, Coronel Chrisóstomo, filho de mãe indígena, estudou no Colégio Militar de Manaus/AM, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, em 1980, formando-se Aspirante a Oficial da Arma de Engenharia. É especialista em comunicação social e operações psicológicas, com Mestrado em aplicações militares. Foi Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Básicos de Porto Velho/RO. É vice-líder do PL, presidente da Frente Parlamentar em prol dos Jogos Eletrônicos e presidente da Frente Parlamentar Brasil – Bolívia.





**Nelson Barbudo (PL/MT):** Nelson Ned Previdente, natural da cidade de Poloni (SP), conhecido como Nelson Barbudo, nasceu em 14 de fevereiro de 1960. Produtor rural do município mato-grossense de Alto Taquari, iniciou sua carreira como vereador (2005-2009) pelo mesmo município. Na atividade legislativa ligada ao meio ambiente, é membro titular da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), tendo apresentado 16 projetos de lei para o setor, sendo também autor de 17 relatorias.

---



**Pedro Vilela (PSDB/AL):** Pedro Vilela é advogado, presidente pela segunda vez do PSDB de Alagoas e exerce o seu segundo mandato parlamentar na Câmara Federal, onde preside a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Pedro foi eleito cinco vezes o melhor parlamentar da bancada federal de Alagoas pelo Ranking dos Políticos, um portal que avalia desempenho político, atuação contra privilégios e corrupção, economia nos gastos públicos e não responder a nenhum processo na Justiça. Em 2021, ele recebeu a sexta melhor avaliação como parlamentar de todo o Brasil. Pedro apoia a causa animal, o combate à violência contra a mulher, o pequeno agricultor, o esporte e políticas públicas dignas e amplas. Participa do Movimento Livres e RAPS.

---



**Carla Zambelli (PL/SP):** Carla Zambelli é deputada federal reeleita por São Paulo desde 2019 e uma das parlamentares mais influentes do Brasil. Em 2022 garantiu 946.244 votos em seu segundo mandato e foi a vencedora pelo voto popular na categoria “Melhores da Câmara” do Prêmio Congresso em Foco. Combina forte atuação unindo pautas conservadoras, amparadas por sua jornada de ativista e histórico técnico/profissional. É fundadora do movimento NasRuas, especialista em Planejamento Estratégico Empresarial, com experiência de mais de 20 anos em gestão de projetos, em empresas como a KPMG.

---



**Silas Câmara (REPUBLICANOS/AM):** Silas Câmara é deputado federal pelo Amazonas desde 1999, atua em diversas frentes no Congresso Nacional em defesa da liberdade, da família e da vida. Como municipalista, percorre todos os municípios desse vasto estado anualmente, onde, em conjunto com a população e lideranças trabalha pelo desenvolvimento sustentável, protegendo seus recursos naturais e os povos amazônicos.





**Evair Vieira de Melo (PP/ES):** Evair de Melo é deputado federal, vice-líder do governo na Câmara. Filho de pequenos produtores rurais das montanhas do Espírito Santo, é degustador de café, técnico agrícola, graduado em Administração de Empresas, com MBA em Gestão de Projetos pela FGV. Presidiu o Conselho Nacional de Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária e o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Atualmente, preside as Frentes Parlamentares do Cooperativismo (Frencoop) e do Comércio Internacional e do Investimento (FrenComex). Evair é vice-presidente das Frentes Parlamentares da Agropecuária (FPA) e do Café (FPC). Em 2022, foi reeleito para seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados.



**Leônidas Cristino (PDT/CE):** Leônidas Cristino é engenheiro civil e está no quarto mandato de deputado federal pelo Ceará. Com participação atuante em várias comissões, é atualmente membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), Comissão de Viação e Transportes (CVT) e presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e da Frente Parlamentar de Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional da Câmara Federal. Foi duas vezes prefeito da sua cidade de Sobral, no Ceará, secretário de Estado de Infraestrutura e ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República.



**Aliel Machado (PV/PR):** Aliel Machado Bark, 33 anos, é natural de Ponta Grossa, Paraná. Nascido em 26 de fevereiro de 1989, Bark atuou como coordenador da Paraná Esportes (2009/2010), foi o presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, sendo até hoje o mais jovem da história (2013/2014), e acaba de ser reeleito para o terceiro mandato como deputado federal pelo Partido Verde (PV-PR). Durante o período como parlamentar, foi presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), membro da Comissão de Educação e membro da Comissão do Esporte, entre outras.



**Leonardo Monteiro (PT/MG):** Leonardo Monteiro está em seu quinto mandato consecutivo de deputado federal por Minas Gerais, tendo sido reeleito para essa nova legislatura de 2022 a 2026. Sempre atuante em defesa dos trabalhadores, do meio ambiente e pela aprovação de pautas que garantam inclusão social, geração de trabalho e renda, fortalecimento da agricultura familiar e agroecologia. Como membro titular da Comissão de Meio Ambiente, ele atua para proteger o meio ambiente e assegurar o desenvolvimento sustentável. E não para por aí. Leonardo Monteiro também é presidente da Frente Parlamentar da Agroecologia e Produção Orgânica, onde defende uma agricultura ecológica, consciente e saudável.





**Merlong Solano (PT/PI):** Merlong Solano Nogueira é natural de Inhuma(PI). Membro fundador do Partido dos Trabalhadores no Piauí desde 1980. É professor universitário, graduado em Economia e Mestre em História Social pela PUC-SP. Foi deputado estadual e ocupou os cargos de secretário de Estado do Planejamento, do Governo, das Cidades e da Administração e Previdência. Foi também diretor-presidente da Agência de Águas e Esgotos do Piauí. Como deputado federal, tem atuado fortemente em defesa da saúde, educação, segurança e agricultura familiar. É membro titular das comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática; Direitos da Pessoa Idosa; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Queimadas em Biomas Brasileiros.

---



**Alessandro Molon (PSB/RJ):** Advogado e Professor de Direito na PUC-Rio, Alessandro Molon é mestre em História pela UFF e Doutor em Direito Público na UERJ. Líder da Oposição na Câmara na maior parte do governo Bolsonaro, escolhido o Melhor Deputado Federal do Brasil pelo Prêmio Congresso em Foco em 2017, 2019, 2020, 2021 e 2022. Foi líder do PSB em 2020 e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista em 2022.





## 17/05/22 – CONJUNTA COM A CLP

### REQUERIMENTO Nº 11/2022 DE AUTORIA DOS DEPUTADOS NILTO TATTO E PATRUS ANANIAS

#### TEMA: IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA SERRA DO CURRAL/MG.

*A audiência pública proposta visou discutir os impactos de um gigante projeto de mineração - o Complexo Minerário Serra do Taquaril na área quase totalmente preservada da Serra do Curral. Há questionamentos sobre os impactos cultural e ambiental na região, visto que já há outros projetos de mineração que vêm causando ou já causaram grande dano à Serra, ao seu entorno e às fontes de água dessa região.*

*O debate contou com a participação dos seguintes convidados: Luciana Sérvulo da Cunha – ativista em defesa da Serra do Curral; Jeanine Oliveira - Projeto Manuelzão; Flávia Mourão Parreira do Amaral – Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); Anna Carolina da Motta dal Pozzolo - Subsecretária de Regularização Ambiental, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD); Victor Hugo Froner Bicca - Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM); Carlos Bruno Ferreira da Silva – Procurador da República - Titular de Ofício Ambiental na Procuradoria da República em Minas Gerais; Bella Gonçalves – representante Câmara Municipal de Belo Horizonte; Flávio Lemos Carsalade - professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e representante da Universidade Federal de Minas Gerais no Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP); Makota Cássia Kíndoialê -representante do Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango; Tania Cristina Teixeira - Presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais; Joceli Jaison Andrioli – representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Hosana Regina – Promotora de Justiça de Minas Gerais; Edneia Aparecida de Souza – Presidente do Centro Comunitário do Taquaril; Adriana Souza – representante do S.O.S. Vale das Flores; Felipe Gomes – engenheiro ambiental; Vinícius Papatella Padovani - representante do Instituto Cordilheira; e Beatriz Cerqueira – Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.*

\*\*\*\*\*

## 19/05/22

### REQUERIMENTO Nº 4/2022 DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO.

#### TEMA: PROCESSOS DE CONCESSÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO QUE OCORREM HOJE NO CENÁRIO NACIONAL.

*A audiência pública discutiu a necessidade de se criar critérios claros e suficientes para a concessão de unidades de conservação a fim de reduzir os processos de judicialização como o caso do Parque Estadual Turístico do Vale do Ribeira (PETAR), localizado ao sul do Estado de São Paulo.*

*O debate contou com a participação dos seguintes expositores: Carlos Alberto Hailer Bocuhy, Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental; Ana Beatriz Nestlehner, Arquiteta do Movimento Contra a Concessão do Parque Estadual Turístico do Alto da Ribeira (Petar); Rafaela Santos, Advogada Quilombola, atuante na Equipe de Articulação e Assessoria nas Comunidades Negras (EACONE) e integrante do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira; Maurício de Alcântara Marinho, Bacharel em Geografia e Especialista no Planejamento e Gestão de Áreas Protegidas; Luiz Henrique Sanchez, Professor Titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Ex-Presidente da Associação Internacional de Avaliação de Impacto; e Rodrigo Justus de Brito, Consultor Jurídico e Ambiental da Coordenação de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.*





**26/05/22**

**REQUERIMENTOS NºS 10 E 20/2022 DE AUTORIA DOS DEPUTADOS JERÔNIMO GOERGEN E NILTO TATTO.**

**TEMA: O IMPACTO DA COBRANÇA DO TCFA NA ECONOMIA.**

*A audiência pública buscou analisar o impacto da cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA na economia para os segmentos dos frigoríficos, cerealistas, revendas de combustíveis e cooperativas. Essa taxa é uma cobrança fiscal existente referente à proteção do meio ambiente e voltada para as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.*

*A audiência pública foi realizada com a participação dos seguintes expositores: Carolina Fiorillo Mariani, Diretora de Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Rosângela Maria Ribeiro Muniz, Coordenadora-Geral de Qualidade Ambiental do IBAMA; Roberto Freitas Freire de Souza, Coordenador de Cobrança da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística do IBAMA; Rogério da Silva Peyroton, Coordenador de Cobrança Substituto da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística do IBAMA; Mário Luiz Oliveira da Costa, Consultor Jurídico da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE); James Thorp Neto, Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis); Moacir Reis, Presidente da Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Suely Araújo, Especialista de Políticas Públicas do Observatório do Clima; Álvaro Faria, Presidente do Sindicato Nacional dos Transportador Revendedor Retalhistas de Combustíveis; Roberto Queiroga, Diretor de Relações Institucionais da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil; Leonardo Papp, Consultor Ambiental da Organização das Cooperativas Brasileiras; Zilmar Moussale, Diretor-Executivo do Sindicato de Carnes e Derivados do Rio Grande do Sul da Associação Brasileira de Frigoríficos; e Geraldo Mafra, Relações Institucionais da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários.*

\*\*\*\*\*

**07/06/22 – CONJUNTA COM A CAPADR**

**REQUERIMENTO Nº 9/2022 DE AUTORIA DO DEPUTADO COVATTI FILHO.**

**TEMA: DEBATER AÇÕES QUE DIFICULTAM A IRRIGAÇÃO E O ARMAZENAMENTO DE ÁGUA E DO IMPACTO DA ÚLTIMA ESTIAGEM NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ E MATO GROSSO DO SUL.**

*A audiência pública discutiu a necessidade de ampliar ações e políticas públicas capazes de destravar as amarras que não permitem o avanço da irrigação e o armazenamento de água em nosso país. A prática permite aos agricultores enormes ganhos de produtividade e a produção em diferentes épocas do ano, bem como a redução de riscos de perdas decorrentes de eventos climáticos adversos, como a última estiagem que atingiu os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.*

*A audiência pública foi realizada com a participação dos seguintes expositores: Ricardo Miotto Ternus, Secretário da Agricultura, da Pesca e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina; Renato Chagas, Diretor-Presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul; Benno Doetzer, Diretor-Técnico da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná; Rodrigo Ramos Rizzo, Secretário-Adjunto da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul - SEAGRI/RS; e Vinicius Tavares Constante, Gerente de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente de Santa Catarina.*



## 09/06/22 – CONJUNTA COM A CDHM

**REQUERIMENTO Nº 21/2022 DE AUTORIA DOS DEPUTADOS TÚLIO GADÊLHA, JOENIA WAPICHANA E NILTO TATTO.**

**TEMA: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA ENTRE A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS PARA DEBATER OS AVANÇOS E DESAFIOS DOS 10 ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS (PNGATI), INSTITUÍDA EM 5 DE JUNHO DE 2012, DATA EM QUE SE COMEMORA O DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE.**

*O objetivo geral da PNGATI é "garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural".*

*A proposta dessa audiência pública era discutir os avanços conquistados nesse período e os desafios para os próximos 10 anos, tendo em vista que as terras indígenas são importantes para a defesa dos direitos desses povos, para a preservação do meio ambiente e para a implementação dessa política pública construída de forma participativa e com consulta a mais de 1.200 representantes indígenas de todo o Brasil.*

*Audiência pública realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias contou com a participação dos seguintes expositores: Lindomar Terena, representante da Articulação os Povos Indígenas do Brasil (APIB); Francisco Apurinã, representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Ednaldo Tabajara, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste (APOINME); Douglas Kaingang, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (AROINSUL); Jéssica Wapichana, representante do Conselho Indígena de Roraima (CIR); Marivelton Baré, representante da Federação dos Povos Indígenas do Rio Negro (FOIRN); Jonas Sansão, representante da Associação Wyty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins; e Antônio Enésio Tenharim representante da Organização Opiam, do sul do Amazonas.*

\*\*\*\*\*

## 09/06/22

**REQUERIMENTO Nº 29/2022 DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO.**

**TEMA: DEBATER A GOVERNANÇA DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA.**

*A audiência pública debateu o gerenciamento costeiro que consiste no conjunto de atividades e procedimentos que, por meio de instrumentos específicos, permite a gestão dos recursos naturais da Zona Costeira, de forma participativa, objetivando a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a preservação dos habitats específicos indispensáveis à conservação da fauna e flora, adequando as atividades humanas à capacidade de suporte dos ecossistemas. O processo de governança costeira envolve múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, cada um dos quais, suscetível a expressar arranjos específicos entre interesses em jogo e possibilidades de negociação, revelando aspectos de interesse de coletividades, com ênfase na prevalência do bem comum.*

*Foi realizada com a presença dos seguintes expositores: João Pita de Freitas, Coordenador de Aproveitamento de Ativos Naturais do Ministério do Turismo; Karina Araújo Souza, Assessora Técnica do Departamento de Planejamento Energético; Rita Alves Silva, Coordenadora-Geral de Articulação Institucional do Meio Ambiente; Clayton de Souza Pontes, Coordenador-Geral de Política de Concessão de Blocos Exploratórios da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia; Natali Piccolo, Diretora do Departamento de*



*Registro, Monitoramento e Fomento de Aquicultura e Pesca da Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP); Sandra Silvestre, Coordenadora de Ordenamento e Desenvolvimento da Pesca Sudeste e Sul da SAP; e Juliana Lopes, Coordenadora-Geral de Ordenamento e Desenvolvimento da Aquicultura em Águas da União da SAP.*

\*\*\*\*\*

## 30/06/22

### REQUERIMENTO Nº 25/2022 DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO.

**TEMA: APRESENTAR O RELATÓRIO LUZ 2022 E O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO BRASIL, ALÉM DE AMPLIAR O CONHECIMENTO DO PÚBLICO PARTICIPANTE SOBRE OS ODS E ESTIMULAR SEU ENVOLVIMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO, NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS, DESAFIOS E AVANÇOS DA RESOLUÇÃO AGENDA 2030.**

*Audiência pública realizada com a presença dos seguintes expositores: Alessandra Nilo, Coordenadora-Geral da Gestos e Cofacilitadora do GT A2030; Samantha Salve, Oficial de Dados e Monitoramento do Escritório de Coordenação ONU no Brasil; Francisco Menezes, Analista de Políticas da ActionAid; Fernanda Lapa, Coordenadora-Executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH); André Lima, Coordenador do Projeto Radar Clima e Sustentabilidade do Instituto Democracia e Sustentabilidade; Alice Junqueira, Integrante da ONG Clímax Brasil; Claudio Fernandes, Economista da ONG Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero; Richarlls Martins, Coordenador da Rede Brasileira de População e Desenvolvimento (REBRAPD); Rômulo Paes, Coordenador de estratégias da Fiocruz para a Agenda 2030 (EFA 2030); Sóstenes Marchezine, Secretário-Geral da Comissão Especial Brasil ONU (CEBRAONU); Renata Sene, Vice-Presidente de Parcerias em ODS da Frente Nacional de Prefeitos; Patrícia Menezes, Cofundadora da Rede ODS Brasil - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e o Deputado Afonso Florence (PT/BA).*

\*\*\*\*\*

## 07/07/22

### REQUERIMENTOS Nº 2 E 19/2022 DE AUTORIA DOS DEPUTADOS JÚLIO DELGADO E RODRIGO AGOSTINHO.

**TEMA: DEBATER A SITUAÇÃO DA REPRESA CHAPÉU D' UVAS.**

*A ideia da audiência pública foi debater a situação da construção de um recente empreendimento imobiliário, Balneário Reservas do Lago, às margens da represa Chapéu D'Uvas. A questão gira em torno da ocupação desordenada, sem projetos executados de tratamento de esgoto e resíduos sólidos, além de expressivo desmatamento florestal na área. A represa tem nascente em Ewbank da Câmara e Santos Dumont, com aproximadamente 12 quilômetros quadrados de espelho d'água, um volume aproximado de 146 milhões de metros cúbicos e 41 metros de profundidade, máximo, o que permite a essa barragem do Rio Paraibuna fornecer cinco mil litros de água por segundo, abastecendo a cidade de Juiz de Fora e região.*



*Audiência pública realizada no dia 07 de julho de 2022 com a presença dos seguintes expositores: Alan Vaz Lopes, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA); Frank Alves, Superintendente da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU); Marcelo da Fonseca, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Fábio Rodrigues Lauriano, Promotor de Justiça da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente a Bacia do Rio Paraíba do Sul do Ministério Público de Minas Gerais; Júlio César Teixeira, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora (CESAMA); José Maria Novato, Prefeito de Ewbank da Câmara - MG; Wilson Guilherme Acácio, Presidente do Comitê de Bacias dos Rios Preto e Paraíba e Coordenador-Geral do Fórum Mineiro; e César Henrique Barra Rocha, Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora especialista em Recursos Hídricos e Doutor em Geografia e Coordenador do Núcleo de Análise Geoambiental.*

\*\*\*\*\*

## 29/11/22

### REQUERIMENTO Nº 26/2022 DE AUTORIA DO DEPUTADO CARLOS GOMES.

**TEMA: DEBATER O PL Nº 612/2007.**

*A audiência pública debateu o PL 612/2017 que dispõe sobre o uso de sacolas plásticas biodegradáveis para acondicionamento de produtos e mercadorias a serem utilizadas nos estabelecimentos comerciais em todo território nacional. A matéria é complexa e tem implicações socioeconômicas importantes, na medida em que, de um lado, promete melhorar as condições ambientais, de outro impacta muitas cadeias produtivas importantes, com efeito significativo nas atividades econômicas.*

*Audiência pública realizada com os seguintes expositores: Wanderley Coelho Baptista, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Paulo Henrique Rangel Teixeira, Diretor Superintendente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST); Rodrigo Ribeiro Sabatini, Presidente do Instituto Lixo Zero Brasil; Álvaro Furtado, Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; André Passos, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química; e Lara Iwanicki, Gerente de Campanha da Oceana Brasil.*

\*\*\*\*\*

## 01/12/22

### REQUERIMENTO Nº 34/2022 DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO.

**TEMA: DEBATER O DESASTRE GEOLÓGICO QUE ATINGIU A ÁREA URBANA DOS BAIRROS DO PINHEIRO, MUTANGE, BEBEDOURO, BOM PARTO E FAROL, NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ (AL), E O IMPACTO DE CATÁSTROFES SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO URBANO.**

*A audiência pública discutiu os impactos da extração mineral de sal-gema pela empresa petroquímica Braskem que ocasionou o afundamento do solo de cinco bairros na zona urbana de Maceió impactando a vida de milhares de pessoas e trazendo consequentes danos materiais, ambientais, socioeconômicos e ao patrimônio histórico da cidade.*



*Audiência pública realizada com a participação dos seguintes palestrantes: Gardênia Nascimento, Arquiteta e Urbanista e Restauradora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Fernando Cavalcanti, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas (CAU/AL); Alexandre Sampaio, Presidente da Associação dos Empreendedores do Bairro do Pinheiro; Wellington Santos, pastor na Igreja Batista do Pinheiro; e Silvio Omena de Arruda, advogado no escritório de Advocacia Omena.*

\*\*\*\*\*

## 08/12/22

### REQUERIMENTO Nº 54/2022 DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO.

**TEMA: LANÇAMENTO DO RELATÓRIO "ÁLCOOL, OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO: COMO O ÁLCOOL AFETA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL".**

*A audiência pública visou chamar atenção ao álcool como grande obstáculo ao desenvolvimento sustentável, visto que prejudica a saúde humana e mina a produtividade econômica, além de sobrecarregar o sistema de saúde.*

*Audiência Pública realizada com os seguintes participantes: Laura Cury, Assessora de Relações Internacionais da ACT Promoção da Saúde e Cofacilitadora do Grupo de Trabalho Agenda 2030; Paula Johns, Diretora da ACT Promoção da Saúde; Cláudio Fernandes, Economista do Grupo de Trabalho Agenda 2030; Luciana Sardinha, Assessora-Técnica em Saúde Pública e Epidemiologia na Vital Strategies; Guilherme Messas, Psiquiatra e Coordenador do Comitê de Regulação do Álcool e Professor Livre Docente da Faculdade Médica da Santa Casa de São Paulo; e Sabrina Pressman, Membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (ABEAD).*



# PROJETOS

## PL 2.241/2019 - APROVADO | DATA: 10/MAIO

**AUTORA: EDNA HENRIQUE (PSDB-PB) | RELATOR: CARLOS GOMES (REPUBLICANOS-RS)**



*A lei aprovada obriga os estabelecimentos industriais, comerciais e residenciais a disponibilizarem lixeiras para resíduos perfurocortantes (lâminas de barbear, bisturis, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, vidrarias e outros semelhantes) em seus estabelecimentos.*

*"Os fatos que motivaram a presente proposição são inegavelmente preocupantes. A ilustre autora informa que, de acordo com Serviço de Limpeza Urbana (SLU), no Distrito Federal, apenas para citar um exemplo, no período de 2015 a 2017, 283 garis ficaram feridos devido ao descarte inadequado de lixo. Em média, ocorre um acidente a cada quatro dias."*

\*\*\*\*\*

## PL 418/2011 - APROVADO | DATA: 18/MAIO

**AUTOR: ELI CORRÊA FILHO (DEM-SP) | RELATORA: TABATA AMARAL (PSB-SP)**



*A aprovação dessa lei obriga as indústrias, que fabricam embalagens PET (plásticas), a aumentarem a quantidade de material reciclado na composição das embalagens, objetivando diminuir a quantidade de lixo não reciclado e, assim, conservar mais o meio ambiente.*

*"Esse estímulo à indústria de reciclagem do PET vai gerar desenvolvimento de tecnologia própria, novos empregos, economia de recursos naturais e diminuição dos resíduos descartados de forma inadequada".*

\*\*\*\*\*

## PL 10.521/2018 - APROVADO | DATA: 18/MAIO

**AUTOR: PAULO TEIXEIRA (PT-SP) | RELATOR: ZÉ VITOR (PL-MG)**



*A lei aprovada cria a Política Nacional de Qualidade do Ar que tem por objetivo estabelecer padrões nacionais de qualidade do ar, como a concentração de poluentes na atmosfera, além de formas de fiscalização desses padrões. Assim, é possível garantir o bem-estar da população e assegurar os cuidados prévios com a saúde de todos.*

*"É que a poluição atmosférica não somente traz prejuízos à saúde, ao meio ambiente e à qualidade de vida das pessoas, mas também resulta em maiores gastos ao governo, decorrentes do aumento do número de atendimentos e internações hospitalares, além do uso de medicamentos, custos esses que poderiam ser evitados ou reduzidos com a melhoria da qualidade do ar, em especial nos centros urbanos."*

\*\*\*\*\*

## PL 11.032/2018 - REJEITADO | DATA: 18/MAIO

**AUTOR: CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM-TO) | RELATOR: RODRIGO AGOSTINHO (PSB-SP)**



*O projeto, caso fosse aprovado, sujeitaria o comandante do barco à suspensão de sua habilitação, se, de dentro de sua embarcação, houvesse lançamento de lixo plástico nas águas, ainda que sem o seu conhecimento.*

*Apesar de ver mérito na proposta, o relator entende que "a proposição em comento repete o que já está dito na legislação em vigor."*



# PROJETOS

## PL 5.085/2020 - REJEITADO | DATA: 18/MAIO

**AUTOR: NILTO TATTO (PT-SP) | RELATOR: JOSÉ MARIO SCHREINER (MDB-GO)**

*Caso o projeto fosse aprovado, obrigaria os empreendimentos de irrigação a passarem por processo de Licenciamento Ambiental, o que geraria uma burocracia maior no desenvolvimento desses projetos.*

*Nesse contexto, o relator entende que "o Brasil tem as práticas mais sustentáveis de produção e conservação de solo, como o plantio direto, integração da lavoura com a pecuária e a floresta, bem como outras técnicas para fixação e sequestro de carbono com alta tecnologia, graças à pesquisa que vêm, ao longo das décadas, sendo desenvolvida e aplicada no país."*

\*\*\*\*\*

## PL 3.941/2015 - REJEITADO | DATA: 25/MAIO

**AUTOR: LEÔNIDAS CRISTINO (PROS-CE) | RELATOR: DANIEL COELHO (CIDADANIA-PE)**

*Este projeto, caso fosse aprovado, criaria um fundo com o objetivo de garantir recursos para a revitalização do rio São Francisco e de seus afluentes, por meio de cobrança sobre o valor da energia elétrica produzida pelo Rio.*

*Apesar do relator estar de acordo com a necessidade de revitalização do Rio, acredita que "certamente essa nova cobrança seria consequentemente repassada às contas dos consumidores finais que já não suportariam mais aumentos de tarifas."*

\*\*\*\*\*

## PL 915/2019 - APROVADO | DATA: 25/MAIO

**AUTOR: ALEXANDRE LEITE (DEM-SP) | RELATOR: CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM-TO)**

*A aprovação dessa lei regula, através da captação de carbono, a neutralização de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEEs) por eventos realizados às margens de represas, lagos, rios e córregos, em todo o território nacional.*

*"Como se pode constatar, os impactos das mudanças climáticas representam uma efetiva e grave ameaça aos interesses nacionais e colocam em risco nosso desenvolvimento social e econômico futuro. A adoção de medidas efetivas para reduzir nossa emissão de gases de efeito estufa é urgente."*

\*\*\*\*\*

## PL 8.631/2017 - APROVADO | DATA: 01/JUNHO

**AUTOR: NILTO TATTO (PT-SP) | RELATOR: RODRIGO AGOSTINHO (PSB-SP)**

*A aprovação dessa lei define novas regras para a instalação de indústrias, no entorno de Unidades de Conservação da Natureza, que emitam componentes gasosos que contenham óxido de nitrogênio (NOx) e óxidos de enxofre (SO2 e SO3), pois esses gases podem causar danos à natureza ao redor.*

*"Essas duas categorias de óxidos são geradas pela queima de combustíveis, fósseis (SOx) ou não (NOx), em atividades industriais, geração termelétrica e motores a combustão."*



MAIO /22



REJEITADO



MAIO /22



REJEITADO



MAIO /22



APROVADO



JUNHO /22



APROVADO



# PROJETOS

## PL 148/2019 - APROVADO | DATA: 01/JUNHO

AUTOR: HEITOR SCHUCH (PSB-RS) | RELATOR: COVATTI FILHO (PP-RS)



*A lei aprovada intensifica a proteção da planta Erva-Mate (Ilex paraguariensis) e, também, incentiva a pesquisa, a seleção e melhoramento genético dessa erva, envolvendo instituições públicas, privadas e produtores rurais, para que chegue ao consumidor um produto de maior qualidade, com menor custo.*

*"A exploração da Erva-Mate constitui-se numa importante atividade agrícola para o Brasil e, em especial, para a região Sul."*

\*\*\*\*\*

## PL 4.429/2020 - APROVADO | DATA: 01/JUNHO

AUTOR: DARCY DE MATOS (PSD-SC) | RELATOR: STEFANO AGUIAR (PSD-MG)



*A lei aprovada regulamenta as atividades que envolvam a criação e comercialização de abelhas sem ferrão, bem como seus produtos e, também, o uso desses animais para fins educacionais.*

*"A proposição em comento é da mais alta relevância e oportunidade, pois a meliponicultura, atividade tradicional de criação racional das abelhas nativas sem ferrão, enquanto atividade de produção zootécnica apresenta inúmeras potencialidades sociais, econômicas e ambientais." Deputado Stefano Aguiar - Relator.*

\*\*\*\*\*

## PL 2.427/2019 - APROVADO | DATA: 08/JUNHO

AUTOR: SENADO FEDERAL - LASIER MARTINS (PSD-RS) | RELATOR: NELSON BARBUDO (PL-MT)



*A lei aprovada reforça os incentivos à redução de perdas na distribuição de água tratada, ao alterar parte da Lei de Saneamento Básico. Através da modificação, passa a ser possível que incentivos tarifários sejam dados aos empreendedores e organizações que desenvolvam seus sistemas de distribuição com maior eficiência, maior produtividade e qualidade dos serviços.*

*"Qualquer medida legislativa que venha a propor a redução de perdas, como no caso da distribuição de água tratada, é digna de aplausos, não apenas por contemplar a sociedade e o meio ambiente atuais, mas também por vislumbrar o bem-estar das gerações futuras."*

\*\*\*\*\*

## PL 6.017/2019 - APROVADO | DATA: 08/JUNHO

AUTOR: SENADO FEDERAL - WELLINGTON FAGUNDES (PR-MT) | RELATOR: JOSE MARIO SCHREINER (MDB-GO)



*A aprovação desta lei retira o dever de apresentar a declaração de Cota de Reserva Ambiental (CRA) no momento da matrícula do imóvel de interesse. A CRA é um título que confirma a existência de excesso de área de Reserva Legal (cobertura com vegetação nativa) na propriedade. Através dele, é possível que essa propriedade seja adquirida por um indivíduo que tenha um imóvel rural com déficit de área de Reserva Legal, permitindo a regularização do mesmo.*

*"Essa medida foi fundamentada na necessidade de simplificação dos instrumentos de proteção da vegetação nativa para torná-los menos burocráticos e onerosos."*





# PROJETOS

## PL 4.379/2020 - APROVADO | DATA: 14/JUNHO

AUTOR: SENADO FEDERAL - IZALCI LUCAS (PSDB-DF) | RELATOR: NELSON BARBUDO (PL-MT)

*A aprovação desta lei reduz a área da Floresta Nacional de Brasília, altera os limites da área do Parque Nacional de Brasília e transforma a Reserva Ecológica da Contagem em Parque Nacional da Chapada da Contagem, permitindo assim atividades humanas, como o turismo ecológico e sustentável.*

*"A proposição em comento merece o nosso entusiasmado apoio e deveria ser exemplo para inúmeras situações semelhantes observadas em todo o país, salvo quanto à expansão da atual Reserva Biológica da Contagem (Rebio), que se pretende seja o Parque Nacional da Contagem."*

\*\*\*\*\*

## PL 4.375/2021 - APROVADO | DATA: 14/JUNHO

AUTOR: CHIQUINHO BRAZÃO (AVANTE-RJ) | RELATOR: RICARDO IZAR (REPUBLICANOS-SP)

*A aprovação desta lei determina a validade da guarda unilateral (um dos responsáveis) ou compartilhada de animais de estimação, alterando o Código Civil e o Código de Processo Civil brasileiros.*

*"Quem adota um animal de estimação adquire também a responsabilidade de cuidar de outro ser vivo, dever que continua independente das mudanças da vida, como é o caso da separação judicial e divórcio. É dever dos tutores, mesmo após a dissolução do casamento, continuar fornecendo condições que resguardem a vida e a saúde do animal, colocando-o a salvo de qualquer negligência, maus tratos ou abandono."*

\*\*\*\*\*

## PL 143/2021 - APROVADO | DATA: 29/JUNHO

AUTOR: EDUARDO COSTA (PTB-PA) | RELATOR: ÂTILA LIRA (PP-PI)

*A lei aprovada cria um certificado de sustentabilidade para produtos da biodiversidade da Amazônia, para que sejam protegidos por indicação geográfica. Esta indicação é conhecida, principalmente, na Europa e objetiva garantir a qualidade ou tradição de algum produto. A exemplo, cita-se o famoso "Vinho do Porto".*

*"A indicação geográfica projeta uma imagem associada à qualidade, reputação e identidade do produto ou serviço. Ela agrega valor, permitindo estabelecer um diferencial frente aos concorrentes, melhorando a competitividade e a comercialização nos mercados nacional e internacional; possibilita a organização produtiva, a promoção turística e cultural e o desenvolvimento econômico da região; e favorece a proteção ao meio ambiente, incluindo a preservação da biodiversidade e dos recursos genéticos locais."*

\*\*\*\*\*

## PL 1.366/2022 - APROVADO | DATA: 29/JUNHO

AUTOR: SENADOR FEDERAL ALVARO DIAS (PODEMOS-PR) | RELATOR: COVATTI FILHO (PP-RS)

*Através da alteração da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981), é determinado que a Silvicultura não pertence mais às atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.*

*Conforme a Embrapa, a Silvicultura pode ser entendida como a ciência que estuda as maneiras naturais e artificiais de restaurar e melhorar o povoamento nas florestas, para atender às exigências do mercado. Também, esse estudo pode ser aplicado na manutenção, no aproveitamento e no uso consciente das florestas.*

*"É importante lembrar que o setor de árvores plantadas afirmou-se, ao longo das últimas décadas, como um segmento dinâmico, inovador e de impacto socioeconômico comprovadamente positivo, nos mais de mil municípios do Brasil onde está presente."*





# PROJETOS

## PL 3.061/2021 - REJEITADO | DATA: 29/JUNHO

**AUTOR: RODRIGO AGOSTINHO (PSB-SP) | RELATOR: JOSÉ MÁRIO SCHREINER (MDB-GO)**

*A lei aprovada reforça os incentivos à redução de perdas na distribuição de água tratada, ao alterar parte da Lei de Saneamento Básico. Através da modificação, Caso fosse aprovado, o projeto de lei alteraria a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981), para permitir que pessoas naturais e jurídicas pudessem solicitar a adoção de medidas legais em prol da prevenção e atenuação da degradação ambiental.*

*O relator reconhece a importância da participação da população na conservação do meio ambiente, mas entende que "as pessoas físicas e jurídicas não precisam ter legitimidade processual para defender o meio ambiente, já que podem simplesmente representar ao Ministério Público e solicitar que este tome as medidas jurídicas possíveis."*

\*\*\*\*\*

## PL 10.273/2018 - APROVADO | DATA: 06/JULHO

**AUTOR: JERÔNIMO GOERGEN (PP-RS) | RELATOR: DANIEL COELHO (CIDADANIA-PE)**

*A aprovação dessa Lei estabelece que a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), um imposto federal, seja apenas para as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, que estejam submetidas a procedimento de licenciamento ou autorização ambiental de competência da União e não mais sobre qualquer atividade submetida a fiscalização da União.*

*"Considera-se necessário que a legislação seja ainda mais clara em relação a quais atividades efetivamente se submetem à cobrança de TCFA."*

\*\*\*\*\*

## PL 1.600/2019 - REJEITADO | DATA: 31/AGOSTO

**AUTOR: SENADO FEDERAL - JORGE KAJURU (PSB-GO) | RELATOR: NELSON BARBUDO (PL-MT)**

*Caso fosse aprovado, o projeto alteraria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para determinar que o Cerrado fosse considerado área prioritária para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente.*

*O relator reconhece a importância da conservação do bioma Cerrado, mas compreende que "A conservação do Cerrado, entretanto, é um entre muitos outros problemas ambientais graves que precisam ser enfrentados pelo Poder Público e que demandam recursos para isso. Decidir onde aplicar recursos escassos é matéria complexa, que demanda sempre análise técnica e negociação política e depende da conjuntura."*

\*\*\*\*\*

## PL 1.034/2020 - APROVADO | DATA: 19/OUTUBRO

**AUTOR: PAULO BENGTON (PTB-PA) | RELATOR: STEFANO AGUIAR (PSD-MG)**

*A lei aprovada altera a Lei de Licitações (Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993) e tem como objetivo intensificar a preservação da Camada de Ozônio do Planeta Terra. Para isso, determina-se que, as compras provenientes de licitações e contratos da Administração Pública devam ser advindas, sempre que possível, de produção energética alternativa (energia solar e eólica, por exemplo), com mínimo consumo de energia.*

*"O presente projeto, ao propor critério na compra de produtos pela Administração Pública, priorizando a utilização de produtos efetivados por meio de fontes alternativas de energia, corrobora para ampliar a sustentabilidade, controlar a emissão dos poluentes e incentivar o uso de fontes renováveis."*





# PROJETOS

## PL 404/2022 - APROVADO | DATA: 19/OUTUBRO

AUTOR: GIOVANI CHERINI (PL-RS) | RELATOR: COVATTI FILHO (PP-RS)



A aprovação desta lei confere ao município de Maquiné, no estado do Rio Grande do Sul, os títulos de "Capital Nacional do Verde" e "Terra das Cascatas".

"Diz o ditado que uma imagem vale mais do que mil palavras. As belezas naturais do Município de Maquiné confirmam a afirmação. A topografia da região, no sopé da Serra do Mar, a exuberância da Mata Atlântica e os generosos e cristalinos cursos d'água fazem de Maquiné um lugar paradisíaco, muito difícil de retratar com palavras."

\*\*\*\*\*

## PL 1.199/2022 - APROVADO | DATA: 19/OUTUBRO

AUTOR: ALCEU MOREIRA (MDB-RS) | RELATOR: COVATTI FILHO (PP-RS)



A aprovação desta lei confere o título de Capital Nacional das Águas à cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, pois a cidade é uma das principais do estado e tem o terceiro porto mais importante do País.

"Rio Grande é município sede de uma das mais importantes unidades de conservação federais, a Estação Ecológica do Taim, que protege quase 33 mil hectares de campos, lagoas, banhados, dunas e praias, habitats de diversas espécies ameaçadas de extinção, e que funcionam como conector entre as lagoas Mirim e Mangueira, conservando o sistema hidrológico em uma das mais importantes regiões de produção de arroz do País."

\*\*\*\*\*

## PL 4.853/2020 - APROVADO | DATA: 09/NOVEMBRO

AUTOR: CÉLIO STUDART (PV-CE) | RELATOR: PAULO BENGTON (PTB-PA)



O projeto de lei aprovado proíbe a comercialização e uso de medicamentos anti-cio em todo território nacional, em cadelas e gatas, sem receita médico-veterinária.

"A preocupação com uso de medicamentos anti-cio está relacionada à saúde dos animais domésticos, uma vez que a utilização indiscriminada e não controlada destes medicamentos, com o fim de impedir a reprodução, pode causar consequências para a saúde e para o bem-estar dos mesmos, como o considerável aumento da chance de desenvolvimento de tumores malignos diversos e, até mesmo, causar anomalias em filhotes."

\*\*\*\*\*

## PL 1.800/2021 - APROVADO | DATA: 09/NOVEMBRO

AUTOR: DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) | RELATOR: EVAIR VIEIRA (PP-ES)



Esse projeto de lei altera o art. 47 da Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005), autorizando a utilização de crédito do PIS (Programa de Integração Social) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de desperdícios, resíduos ou aparas de plástico, papel ou cartão, vidro, ferro ou aço, cobre, níquel, alumínio, chumbo, zinco e estanho, demais desperdícios e resíduos metálicos.

"A reciclagem constitui matéria altamente relevante no mundo contemporâneo, e tem sido objeto de debates nos principais fóruns internacionais que discutem preocupações ambientais e mudanças climáticas. Nesses espaços, tem sido continuamente reforçado o papel dos governos de criar e estimular medidas e políticas que priorizem atividades sustentáveis em detrimento de atividades extrativistas e poluidoras." Deputado Evair Vieira - Relator



# PROJETOS

## PL 1.663/2022 - APROVADO | DATA: 23/NOVEMBRO

AUTOR: PODER EXECUTIVO | RELATOR: TITO (AVANTE-BA)



*A aprovação desse projeto extingue a Floresta Nacional de Cristópolis, localizada no Estado da Bahia, corrigindo diversos erros cometidos pelo poder executivo no ato de sua criação.*

*"A unidade de conservação é uma colcha de retalhos de plantações e pastagens e é considerada uma unidade fantasma, desconhecida e nunca efetivamente implementada."*

\*\*\*\*\*

## PL 195/2021 - APROVADO | DATA: 23/NOVEMBRO

AUTOR: LUCIO MOSQUINI (MDB-RO) | RELATOR: EVAIR VIEIRA DE MELO (PP-ES)



*O projeto aprovado permite que pequenas propriedades rurais, seguindo os critérios de manejo sustentável, possam extrair até 40 m<sup>3</sup> de madeira de sua propriedade para uso em benfeitorias no próprio imóvel ou no imóvel de um parente de primeiro grau.*

*"O produtor rural precisa de madeira para a construção e manutenção de cercas, estábulos, depósitos, dentre inúmeras outras necessidades. A sustentabilidade econômica de qualquer propriedade rural depende dessa utilização."*

\*\*\*\*\*

## PL 2.168/2021 - APROVADO | DATA: 23/NOVEMBRO

AUTOR: JOSE MARIO SCHREINER (DEM-GO) | RELATOR: NELSON BARBUDO (PL-MT)



*Esse projeto aprovado permitiu a supressão de vegetação nativa em áreas de preservação permanente para as obras de infraestrutura de acúmulo de água para irrigação e dessedentação animal.*

*"O projeto visa aumentar a disponibilidade hídrica e garantir a segurança alimentar, ainda mais evidente nos últimos anos."*

\*\*\*\*\*

## PL 108/2019 - REJEITADO | DATA: 23/NOVEMBRO

AUTOR: RODRIGO AGOSTINHO (PSB-SP) | RELATOR: JOSÉ MÁRIO SCHREINER (MDB-GO)



*A rejeição do projeto impediu a transformação dos ecossistemas Apicuns e Salgados em Área de Preservação Permanente (APP), ou seja, áreas com enorme grau de restrição de utilização pelo homem.*

*Essa transformação "comprometeria a legítima expansão da atividade da carcinicultura marinha e colocaria na ilegalidade parte dos empreendimentos hoje legalmente em funcionamento."*



# PROJETOS

## PL 364/2019 - APROVADO | DATA: 23/NOVEMBRO

AUTOR: ALCEU MOREIRA (MDB-RS) | RELATOR: JOSÉ MARIO SCHREINER



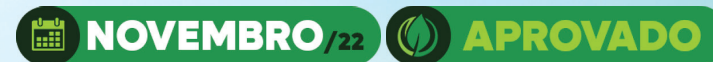
*O projeto trouxe segurança jurídica aos proprietários de terra em Campos de Altitude que exerciam atividades de pecuária e outras atividades agrícolas a partir de 2008, consolidando essas áreas de forma que seus proprietários sigam podendo realizar suas atividades.*

*"Por certo, as medidas que propomos irão uniformizar os entendimentos e evitar interpretações equivocadas, ocasionando segurança jurídica e tranquilidade para o produtor trabalhar e cumprir as disposições preservacionistas da lei."*

\*\*\*\*\*

## PL 5.399/2019 - APROVADO | DATA: 23/NOVEMBRO

AUTOR: MARRECA FILHO (PATRIOTA-MA) | RELATOR: RODRIGO AGOSTINHO (PSB-SP)



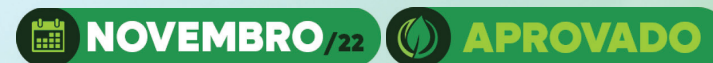
*A aprovação desse projeto fomenta o aumento da preservação marinha brasileira para 30% de toda sua extensão, por meio da criação de unidades de conservação marinhas.*

*"As unidades de conservação são um instrumento valioso e indispensável para se conservar e recuperar os ecossistemas marinhos."*

\*\*\*\*\*

## PL 5.467/2019 - APROVADO | DATA: 23/NOVEMBRO

AUTORA: JOENIA WAPICHANA (REDE-RR) | RELATOR: NILTO TATTO (PT-SP)



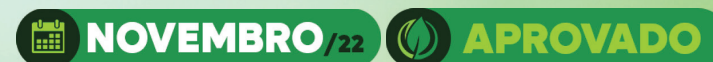
*A aprovação do projeto destina os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental cometida em terras indígenas, para benefícios aos próprios povos indígenas afetados.*

*"É mais do que justa, portanto, a proposta em comento de que os valores arrecadados com a imposição de multas por infração ambiental em Terra Indígena sejam destinados às próprias comunidades atingidas."*

\*\*\*\*\*

## PL 501/2021 - APROVADO | DATA: 23/NOVEMBRO

AUTOR: ALTINEU CÔRTEZ (PL-RJ) | RELATOR: NELSON BARBUDO (PL-MT)



*Cria o programa de concessão de crédito bancário à pessoa física ou jurídica para fins de recuperação da cobertura florestal de áreas localizadas no bioma Mata Atlântica.*

*"Dado o grau avançado de desmatamento da Mata Atlântica é estratégico promover, onde seja possível, a restauração da vegetação nativa e, nessa tarefa, os proprietários rurais têm um papel chave, uma vez que a maior parte das áreas passíveis de recuperação estão localizadas em imóveis rurais privados."*



# PROJETOS

## PL 3.045/2021 - APROVADO | DATA: 23/NOVEMBRO

AUTOR: WALTER ALVES (MDB-RN) | RELATOR: ZÉ VITOR (PL-MG)



*O projeto cria o Fundo Nacional do Ecoturismo e suas fontes de receita, com intuito de apoiar o ecoturismo, por meio da qualificação dos trabalhadores, estímulos aos empreendedores e promoção dessa atividade.*

*"Assim, o fomento ao desenvolvimento do ecoturismo aproveitará toda a potencialidade do nosso país nesta área, além de trazer ganhos econômicos, sociais e ambientais."*

\*\*\*\*\*

## PL 686/2022 - APROVADO | DATA: 23/NOVEMBRO

AUTOR: JOSÉ MEDEIROS (PL-MT) | RELATOR: JOSÉ MÁRIO SCHREINER (MDB-GO)



*A aprovação do projeto exclui alguns entraves burocráticos para que os donos de terra em área rural possam regenerar florestas nativas em suas propriedades por meio do plantio de espécies originárias.*

*"Compete ao poder público desenhar e implementar estratégias de controle que impeçam o desmatamento ilegal sem inibir o impulso de restauração da vasta maioria dos produtores rurais, que compreende a importância da vegetação nativa para a sustentabilidade da produção agropecuária."*

\*\*\*\*\*

## PDL 721/2019 - REJEITADO | DATA: 30/NOVEMBRO

AUTOR: JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE) | RELATOR: CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM-TO)



*A rejeição deste PDL mantém ao Governo Federal a possibilidade de ceder às empresas privadas a concessão, para visitação, conservação, proteção e gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, do Parque Nacional de Jericoacoara e do Parque Nacional do Iguaçu, dentro do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).*

*"A inclusão no PPI confere a esses processos prioridade na administração federal e viabiliza apoio técnico e financeiro para sua implementação."*

\*\*\*\*\*

## PL 4.452/2016 - REJEITADO | DATA: 30/NOVEMBRO

AUTOR: SENADOR RAIMUNDO LIRA (PSD-PB) | RELATOR: PAULO BENGTON (PTB-PA)



*A rejeição do projeto impediu o aumento da alíquota de 1,25% sobre as hidrelétricas que atuam na bacia do Rio São Francisco, o que seria repassado ao consumidor de energia elétrica, verba que seria usada para a revitalização do rio.*

*"A despeito das boas intenções dos ilustres autores das iniciativas ora em análise, creio que as medidas por eles previstas não resultariam nos benefícios práticos pretendidos."*



# PROJETOS

## PL 5.174/2019 - REJEITADO | DATA: 30/NOVEMBRO

**AUTOR: SENADOR CONFÚCIO MOURA (MDB/RO) | RELATOR: PAULO BENGTON (PTB-PA)**

*A rejeição do projeto impede a burocratização dos processos de desafetação, redução dos limites e recategorização de unidades de conservação, por meio de estudos técnicos e consulta pública.*

*"Embora reconhecendo a boa intenção da proposta em comento, não há como ignorar, com a devida vênia, que ela é desnecessária, quando não contraproducente."*

\*\*\*\*\*

## PL 347/2022 - APROVADO | DATA: 30/NOVEMBRO

**AUTOR: CARLOS GOMES (REPUBLICANOS-RS) | RELATOR: COVATTI FILHO (PP-RS)**

*O projeto aprovado proíbe a pesca de arrasto tracionada por embarcações motorizadas nos mares e águas continentais.*

*"Dentre as piores práticas pesqueiras está o arrasto, empregado por meio de redes cônicas puxadas por uma ou duas embarcações. Muitas vezes essas redes atingem o fundo oceânico, deslocando sedimentos, rochas e corais e provocando grande impacto ambiental, com o massivo aprisionamento de peixes sem valor comercial, além de mamíferos marinhos e outros organismos que são mortos sem qualquer aproveitamento."*

\*\*\*\*\*

## PL 465/2022 - APROVADO | DATA: 30/NOVEMBRO

**AUTOR: EDILÁZIO JÚNIOR (PSD-MA) | RELATOR: PAULO BENGTON (PTB-PA)**

*A aprovação do projeto reduz os encargos financeiros nas operações de crédito (empréstimos) com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para projetos de conservação e proteção do meio ambiente.*

*"Parte significativa do financiamento rural é oriunda dos Fundos Constitucionais. A proposição que analisamos é decisiva para valorizar devidamente a produção rural sustentável e reafirmar o Brasil como potência agroambiental."*

\*\*\*\*\*



## PL 4.129/2021 - APROVADO | DATA: 07/DEZEMBRO


**AUTORES: ALESSANDRO MOLON E OUTROS (PSB-RJ) | RELATOR: RODRIGO AGOSTINHO (PSB-SP)**



*O projeto aprovado estabelece diretrizes para a elaboração dos planos de adaptação à mudança do clima, com o objetivo de implementar iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.*

*"Soluções integradoras que combatam as desigualdades sociais e utilizem estratégias de adaptação baseadas na natureza, por exemplo, podem reduzir os riscos climáticos já enfrentados pela população."*

 **NOVEMBRO** /22  **REJEITADO**

 **NOVEMBRO** /22  **APROVADO**

 **NOVEMBRO** /22  **APROVADO**

 **NOVEMBRO** /22  **APROVADO**



# PROJETOS

## PL 4.258/2021 - APROVADO | DATA: 07/DEZEMBRO

AUTORA: DRA. SORAYA MANATO (PSL-ES) | RELATOR: EVAIR VIEIRA DE MELO (PP-ES)



DEZEMBRO /22



APROVADO

*O projeto aprovado confere ao Município de Guarapari, no Estado do Espírito Santo, o título de Capital Nacional da Biodiversidade Marinha.*

*"Consideramos justo e necessário garantir legalmente o reconhecimento da importância da biodiversidade marinha do litoral de Guarapari, assim como a formulação de políticas e ações governamentais de conservação e uso sustentável dos recursos naturais daquele município."*

\*\*\*\*\*

## PL 4.516/2021 - APROVADO | DATA: 07/DEZEMBRO

AUTORA: TÁBATA AMARAL E OUTROS (PSB-SP) | RELATOR: ALESSANDRO MOLON (PSB-RJ)



DEZEMBRO /22



APROVADO

*O projeto aprovado cria a possibilidade de emissão de debêntures (títulos de dívida) incentivadas para a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável.*

*"É nesse cenário que as debêntures verdes se encaixam, incentivando o fluxo de recursos para investimentos com responsabilidade ambiental e com retorno social positivo."*

\*\*\*\*\*

## PL 1.458/2022 - APROVADO | DATA: 07/DEZEMBRO

AUTOR: MÁRCIO MACÊDO (PT-SE) | RELATORA: TÁBATA AMARAL (PSB-SP)



DEZEMBRO /22



APROVADO

*A aprovação do projeto estabelece prazo para que os bens de informática comercializados no País atendam aos requisitos ambientais e de eficiência energética, estabelecidos pelo governo no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e de logística reversa.*

*"O descarte incorreto desses resíduos não representa apenas o impacto negativo ao meio ambiente, mas também um grande desperdício, já que, quando reciclados, os REEE podem ser convertidos em matéria-prima para diferentes indústrias, evitando a extração de recursos limitados da natureza."*

\*\*\*\*\*

## PL 1.506/2022 - APROVADO | DATA: 07/DEZEMBRO

AUTOR: JOSÉ MARIO SCHREINER (MDB-GO) | RELATOR: PAULO BENGTON (PTB-PA)



DEZEMBRO /22



APROVADO

*O projeto aprovado permite a conversão de multas ambientais em ações do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA).*

*"Temos uma fonte de recursos considerável e que, no meu entendimento, deve ser utilizada em ações do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), visto que, essas medidas também auxiliam na proteção, conservação e recuperação dos ecossistemas de nosso país."*





# PROJETOS

## PL 4.587/2021 - APROVADO | DATA: 14/DEZEMBRO

AUTOR: CELSO SABINO (PSL-PA) | RELATOR: DEP. RODRIGO AGOSTINHO (PSB-SP)



DEZEMBRO /22



APROVADO

*A aprovação deste projeto destina os valores de multas, relativas aos maus-tratos de animais, para as Organizações não Governamentais (ONGs) de acolhimento e proteção de animais, ou a lares e abrigos temporários de animais cadastrados e fiscalizados por órgãos federais e estaduais competentes.*

*"A destinação de recursos para essas instituições certamente contribuirá para a continuidade e expansão de seu trabalho, possibilitando que outros animais que sofrem com maus-tratos sejam resgatados e acolhidos."*

\*\*\*\*\*



**NEREU CRISPIM**  
PSD/RS



**OSSESIO SILVA**  
REPUBLICANOS/PE



**PEDRO LUPION**  
PP/PR



**PINHEIRINHO**  
PP/MG



**PROFESSOR JOZIEL**  
PATRIOTA/RJ



**REINHOLD STEPHANES JUNIOR**  
PSD/PR



**SANDERSON**  
PL/RS



**SERGIO SOUZA**  
MDB/PR



**ULDURICO JUNIOR**  
MDB/BA



**VAVÁ MARTINS**  
REPUBLICANOS/PA



**WELITON PRADO**  
PROS/MG



A COP27, realizada nos dias 06 a 18 de novembro de 2022, em Sharm el-Sheikh, no Egito, teve como lema “Juntos para a implementação” e promoveu o debate de medidas para estabelecer a direção global das ações em relação às mudanças climáticas, além de conter e mitigar seus efeitos.

O evento terminou com um resultado histórico: o avanço de medidas para ajudar os países mais pobres a enfrentarem os problemas causados por perdas e danos, decorrentes das mudanças climáticas. Esse acordo prevê a criação de mecanismos financeiros para compensar esses países, que têm uma baixa contribuição para as alterações climáticas, no entanto, sofrem, com o passar dos anos, seus efeitos avassaladores. O destaque negativo da medida foi o impasse entre EUA e China quanto à participação das economias mundiais no financiamento desta causa.

Outro ponto positivo desta COP foi a inclusão, formal e inédita, de soluções renováveis baseadas na natureza como alternativa aos combustíveis fósseis para a produção de energia. A implantação da energia renovável, entretanto, gerou polêmica entre os participantes, vez que a inclusão de gás natural, fonte com alta emissão do gás metano, ficou de fora do relatório e relegado a uma segunda discussão, a acontecer provavelmente nas próximas conferências.

Por outro lado, houve poucos avanços em temas fundamentais para a redução de gases do efeito estufa. A meta estabelecida no Acordo de Paris, limitada a 1,5°C do aumento da temperatura, está aquém das expectativas, uma vez que não se viu, desde o acordo firmado, manifestações contundentes dos países no sentido de alcançar a meta, ao contrário, China e Índia não demonstraram muito interesse no tema. No entanto, houve a conclusão de institucionalizar uma estrutura, responsável por propor diretrizes e orientações sobre os objetivos futuros e como alcançá-los. “A fim de que a diminuição das emissões globais seja suficiente para alcançar a meta de 1,5°C, o desmatamento e a conversão de ecossistemas naturais devem ser imediatamente eliminados das cadeias de commodities” afirmou o Deputado Nilto Tatto sobre o tema.

A discussão sobre Crédito de Carbono, outro ponto de bastante interesse na COP, também deixou a desejar. Pouco se viu em termos de avanço nas regras de comércio de emissões, e as recomendações antecipadas e divulgadas no início da COP27 devem ser atualizadas até a COP28. Existem alegações de que as regras demandam enormes estudos, possuem um conteúdo muito extenso e, portanto, ainda carecem de aperfeiçoamento.





A Delegação Brasileira na COP27 teve papel de destaque ao abrir oficialmente a programação de painéis do evento com um dos principais temas do dia: Integração do Brasil no Mercado Global. O encontro reuniu parlamentares do mundo todo e a delegação brasileira contou com vários membros. A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi representada pelos deputados Alessandro Molon, Júlio Delgado, Nilto Tatto, Rodrigo Agostinho e Zé Silva, que defenderam ideias que buscam alçar o Brasil à posição de protagonismo nas ações em defesa do meio ambiente.



O Deputado Júlio Delgado, vice-Presidente da Comissão, ressaltou sua participação no evento: "Ainda durante a minha participação, tive encontros com várias entidades que trabalham com a questão de preservação ambiental no Brasil como a WWF (Fundo Mundial para a Natureza), FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), Fórum Mundial da Alimentação (WFF) em que discutimos a questão da tendência atual de melhorar a quantidade e produção de alimentos compatibilizados com a questão do desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e climática."



O Deputado Zé Silva, outro membro da Comissão, também fez questão de concluir sua participação: "Reunido com grandes nomes da preservação ambiental, me despeço desta Conferência Mundial essencial para o alinhamento de estratégias que visam reduzir os impactos negativos do efeito estufa e dar previsibilidade ao financiamento climático."



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

